

Mais espaço para a dívida pública

O comportamento da dívida pública federal foi favorável no final do ano passado. Apesar das incertezas externas, em especial as decorrentes da crise na Argentina e da redução do ritmo do crescimento dos Estados Unidos, foi mais fácil administrar a dívida total, que atingiu R\$ 506,9 bilhões, em novembro. Três fatos recentes sugerem que as perspectivas da política monetária para este trimestre também são razoáveis.

Primeiro, conforme dados oficiais do Banco Central, o prazo médio da dívida mobiliária federal elevou-se em novembro, mês em que foi registrado o melhor resultado do ano passado. O prazo cresceu mais de três meses, de 26,58 meses para 29,78 meses, entre

fevereiro e novembro. A parcela de títulos com prazo inferior a 12 meses caiu de 45,92% para 43% do total. O aumento do prazo médio dos títulos federais é importante porque reduz os riscos de pressões conjunturais sobre a administração da dívida.

Segundo, no dia 28 de dezembro, o governo conseguiu colocar R\$ 4,5 bilhões em Notas do Tesouro Nacional (NTN-C) com prazo de vencimento de 30 anos, algo inimaginável nos tempos da inflação alta. Os títulos são corrigidos pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e rendem 11,97% ao ano.

Como observou o secretário do Tesouro, Fábio Barbosa, "pela primeira vez na história do País o governo conseguiu fa-

zer um leilão competitivo, entre os bancos, de um título com prazo de vencimento tão longo". A demanda pelos papéis foi de R\$ 14,2 bilhões. O Santander adquiriu R\$ 3,5 bilhões, pois necessitava lastrear obrigações com o fundo de pensão do Banespa. Novos leilões de NTN-C poderão ser realizados este mês, admitiu Barbosa.

Terceiro, a diminuição da taxa básica de juros de 16,5% ao ano para 15,75% ao ano, em dezembro, continua a surtir efeitos positivos, com os contratos de juros negociados na BM&F mostrando tendência de queda.

Os três fatos são interligados. A queda dos juros tende a acentuar a procura por títulos públicos, inclusive de longo prazo, pois o comprador sente-

se protegido contra as flutuações futuras.

O BC vem executando um programa de longo prazo para a dívida pública, que inclui alongamento de prazo, redução do número de vencimento dos títulos em circulação, leilões regulares de compra de papéis federais pelo Tesouro e mais espaço para as instituições negociarem papéis oficiais.

Mas o ritmo das mudanças é mais lento que o desejado e a colocação de papéis pré-fixados de longo prazo ainda é difícil, notando-se que o aumento do prazo médio da dívida decorreu do uso de títulos pós-fixados, as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), cujo rendimento está atrelado à taxa Selic.